

Anexo A

Estudo Técnico Preliminar - 95/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 64592.005806/2022-78

2. Aquisição de dietas enterais

A aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares, visando atender às necessidades do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL (HGuN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

3.1. Atender o HGuN com dietas enterais : O funcionamento das atividades fim e meio das Organizações Militares de Saúde, exigem da Administração uma constante preocupação com a correta gestão dos estoques de todas as classes de suprimentos, mantendo-os em níveis compatíveis com a continuidade de suas rotinas operacionais e administrativas.

3.2 O suprimento do setor NUTRIÇÃO é dinâmico, contínuo e requer adaptações às novidades mercadológicas quando de interesse da instituição e dos pacientes. Esse serviço é ininterrupto e atende a militares na ativa e reserva, servidores civis e seus dependentes de toda a guarnição.

3.3. O pregão de dietas enterais do setor NUTRIÇÃO é necessário para que não haja descontinuidade do serviço prestado, o que afetaria diretamente a capacidade de atendimento do HGuN, sem as dietas enterais padronizadas, o corpo clínico deste nosocômio não consegue fornecer aos pacientes o suporte adequado, imprescindível à recuperação do paciente, seguindo todas as normas vigentes. Logo, o recomplementamento do estoque evita o aumento de encaminhamentos de pacientes e internações em OCS, onde o custo de internação é mais elevado, o que sobrecarregaria financeiramente o sistema SAMED) /FuSex.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Nutrição	Geórgia de Sousa Ferreira Soares - Ten
Seção Nutrição	Adriana Leão de Miranda Ferreira - Ten

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Os materiais deverão ser entregues com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos e também descritos no Termo de Referência:

5.1.1 As empresas vencedoras deverão entregar as dietas enterais e disponibilizar os equipamentos acessórios quando for o caso;

5.1.2 A quantidade estimada de dietas enterais que deverá ser licitada estão descritos neste documento, tendo como base a necessidade dos setores do HGuN, e estimativa de aumento de consumo devido anos anteriores;

5.1.3 Não será permitida a entrega de quantidades inferiores a solicitada na nota de empenho, devendo a licitante realizar a entrega integral do quantitativo solicitado pela Nutrição-HGuN;

5.1.4 O licitante informará na sua proposta a apresentação do produto ofertado, de modo a facilitar a aquisição pelo setor requisitante, que dentro do possível solicitará quantitativos múltiplos da quantidade mínima exigida em Edital, a exemplo das caixas ofertadas. Exemplo hipotético: solicitadas 02 caixas de 40 unidades do produto X, o Fornecedor Y poderá entregar 04 caixas de 20 unidades, se esta for a apresentação do seu Produto;

5.1.5 As empresas vencedoras deverão realizar a entrega das dietas licitadas com a adoção de todas as medidas relativas à proteção das pessoas ligadas às atividades da empresa e do HGuN, observadas as leis em vigor;

5.1.6 As empresas vencedoras deverão tomar os devidos cuidados para preservação do meio ambiente, de acordo com as legislações específicas em vigor;

5.1.7 As empresas vencedoras deverão observar a proibição constitucional de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito e de qualquer trabalho para menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

5.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.3 As práticas de sustentabilidade encontram-se previstas conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG no 1, de 191011201 0, onde no artigo 5a da mesma Instrução Normativa exige que:

5.3.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

5.3.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.3.3 Que os bens sejam preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.3.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada da diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como Mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil- polibromados, éteresdifenil-polibromados;

5.4 Para fins de equacionar maior economia de escala para o órgão gerenciador em razão de um maior interesse de fornecedores no processo licitatório em decorrência da possibilidade de se fornecer um número maior no quantitativo de itens licitados, bem como proporcionar a possibilidade que outras Organizações Militares venham usufruir do certame, foi aberto a participação aos demais órgãos administrativos como não participantes, nas condições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

5.5 Todas as dietas, suplementos deverão ser entregues com data de validade superior a 06 (seis) meses ou com data inferior a 06 (seis) meses, com garantia de troca;

5.5.1 Não serão aceitos quaisquer produtos/materiais, que estejam em mau estado de conservação ou com suas embalagens abertas, violadas ou amassadas.

5.5.2 Não serão aceitos quaisquer materiais/produtos com prazo de validade vencido ou fora das exigência supracitada.

4.5.3. As empresas vencedoras deverão entregar as dietas enterais e disponibilizar os equipamentos acessórios conforme

5.5.4 Quaisquer dúvidas técnicas quanto à descrição envolvendo o referido item do Edital, poderão ser dirimidas através de contato com a Farmácia Hospitalar do HGuN

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foi realizado levantamento de mercado para determinar quais são as soluções e inovações existentes que poderiam atender aos requisitos estabelecidos nesse estudo, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização, sustentabilidade e inovação. O levantamento de mercado será baseado nas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades e realizada a pesquisa por atas de registro de preços e atas válidas de outros órgãos públicos nos portais <http://paineldepregos.planejamento.gov.br/>, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, endereços de internet.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Será realizada licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de



1993, e as exigências estabelecidas no Edital;6.2. De acordo com o decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em seu Art. 10, as contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto;6.3. Em seu Art. 3o, o referido decreto explicita que O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 O quantitativo de serviço demandado: Com base na última contratação, foram utilizadas as quantidades de dietas enterais a serem licitadas com uma margem de segurança, que variou entre 50 a 80% do quantitativo observado. Também foram implementadas reduções nos quantitativos de itens com quantidades a serem adquiridas, julgadas muito elevadas, entre 50 a 80%. As quantidades mínimas e máximas também foram avaliadas de forma a orientar o fornecedor quanto às possíveis quantidades a serem contratadas. Com a otimização do quantitativo a ser demandado, almeja-se evitar faltas dos itens a serem adquiridos, durante a vigência da Ata, bem como aproximar a estimativa de compra o mais próxima possível, da demanda a ser empenhada. Para o caso de itens recentemente incluídos na padronização foi definida uma estimativa quanto à perspectiva de consumo.

As quantidades também levam em conta:

- a) o crescente aumento da demanda no atendimento à família militar, em virtude da ampliação ocorrida em nosso hospital nos últimos anos;
 - b) o funcionamento de 10 leitos da Unidade Militar Integrada de Terapia Intensiva (UMITI), que atende às 3 (três) Forças e tem suas atividades voltadas a pacientes idosos e de alta complexidade e que necessitam de cuidados específicos e especiais;
 - c) A implementação de 5 leitos exclusivos para UTI COVID-19 e 10 leitos semi-intensivos COVID-19;
 - d) o aumento de clínicas especializadas, incluindo cirurgias;
- Desta forma, justifica-se de modo mais específico a real necessidade de aquisição de todos itens relacionados, que compõem o objeto da presente licitação.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor de referência de cada item do processo licitatório corresponde a média de três valores que foram obtidos através do site "<https://comprasnet.gov.br>", e também de orçamentos de empresas online, em cumprimento à Lei B. 666/93 e atendendo ao disposto na IN 7312020 do Ministério da Economia / Secretaria Especial de Desburocratização. A demonstração do cálculo do valor médio obtido para cada item está no anexo I (planilha de custos e formação de preço), juntamente com o histórico de consumo dos materiais hospitalares no SISCOFIS, justificando o quantitativo de material estimado para os cálculos;

9.2. Uma vez obtido o valor unitário de referência de cada item e multiplicando esse valor pela quantidade a ser adquirida, obtivemos o valor total de cada item. Somando-se o valor total de todos os itens, obtém-se o valor R\$ 2.418.323,12 (Dois milhões, quatrocentos e dezoito mil, trezentos e vinte e três reais e doze centavos).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA QUANTIDADE PRETENDIDA

A presente licitação é justificada, pois a aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares e outros são imprescindíveis para o atendimento e tratamento dos pacientes, visto que são indispensáveis ao suporte à vida e

também na prevenção aos agravos da saúde, devido exercerem uma função terapêutica de natureza incontestável. As dietas enterais em questão serão utilizados no Pronto- Atendimento, Unidade Militar de Terapia Intensiva, Unidades de Internação ou solicitantes de medicação de custo elevado.

Por meio da aquisição a aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares será possível atender às demandas relacionadas as ações de assistência aos pacientes sob os cuidados do Hospital, que só é possível diante do pleno funcionamento da Unidade Hospitalar. Esta aquisição tem sua importância acentuada pela necessidade de manutenção das medidas para o atendimento do serviço, conforme é preconizado pelos órgãos de fiscalização vigentes.

Neste contexto, para garantir o atendimento, faz-se necessário o fornecimento ininterrupto a aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares e outros para a Unidade Hospitalar, componentes esses imprescindíveis à terapia e à saúde do paciente.

O benefício direto será a manutenção das rotinas de cuidado e atendimento aos pacientes internados e em tratamento, com segurança, qualidade e excelência objetos desta Instituição.

Os quantitativos demandados foram estimados com base no histórico de consumo anual de cada item, conforme consta no Sistema de Controle Físico de Material (SISCOFIS) e pela perspectiva da necessidade de utilização dos bens para o período de um ano.

10.2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PREGÃO

O artigo 3º do Decreto 3.555/2000 prevê que os contratos celebrados pela União, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

10.3. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS



A Lei 8.666/93, em seu artigo 15º, inciso II, estabelece que as compras, sempre que possível, sejam processadas através do sistema de registro de preços.

Quanto à eventual aquisição de a aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares e outros, o sistema de registro de preços proporciona inúmeras vantagens. Evidenciamos algumas que vão ao encontro dos interesses desta OMS:

- Ata de Registro de Preços não é um contrato, equivale a um termo de compromisso;
- A contratação ocorre quando do surgimento da necessidade;
- Não obriga a aquisição da totalidade dos bens/serviços;
- Necessidade de disponibilização de orçamento apenas quando da contratação;
- A existência de preços registrados NÃO OBRIGA a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições;
- Validade da Ata de Registro de Preço por um ano;
- Materiais de aquisição frequente;
- Quantitativo que não se pode definir previamente com exatidão;
- Necessidade de entregas parceladas;
- Pluralidade de órgãos beneficiados.

A indicação do Sistema de Registro de Preços como modalidade, ampara-se no art. 3º, do Decreto 7.892 /2013:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:



- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso concreto, as hipóteses autorizadoras específicas em que se enquadram este processo são as dos incisos I, II e IV, respectivamente:

- as contratações se darão conforme às necessidades demandadas;
- Necessidade de entregas parceladas pois a contratação ocorre quando do surgimento da necessidade;
- Quantitativo que não se pode definir previamente com exatidão; e o SRP não obriga a aquisição da totalidade dos bens/serviços.

10.4. JUSTIFICATIVA PARA A PESQUISA DE PREÇOS

O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por meio da Instrução Normativa Nº 73, de 05 de agosto de 2020, dispõe sobre o o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cabendo transcrever o seguinte:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - identificação do agente responsável pela cotação;
- II - caracterização das fontes consultadas;
- III - série de preços coletados;
- IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e
- V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

[...]

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

[...]

Art. 10. O preço máximo a ser praticado na contratação poderá assumir valor distinto do preço estimado na pesquisa de preços feita na forma desta Instrução Normativa.

§ 1º É vedado qualquer critério estatístico ou matemático que incida a maior sobre os preços máximos.

§ 2º O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, de forma justificada.

§ 3º O percentual de que trata o § 2º deve ser definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço.

A imprescindibilidade e importância da pesquisa de preços, em fontes diversas ou cesta de preços, é sufragada pelo TCU onde "Devem ser priorizadas consultas ao Portal Compras Governamentais e a contratações similares de outros entes públicos, em detrimento de pesquisas com fornecedores, publicadas em mídias especializadas ou de domínio amplo, cuja adoção deve ser tida como prática subsidiária" (Acórdão 1445/2015-Plenário, TC 034.635/2014-9, Relator Ministro Vital do Rêgo, 10.6.2015) (grifo nosso).

Foram utilizadas, como metodologia para obtenção do Preço de Referência para a contratação, a média obtida no compras governamentais, painel de Preços e fornecedores, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. A pesquisa realizada alcançou a economicidade/razoabilidade da contratação, conforme a realidade dos preços praticados no mercado.

10.5. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS.



O art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

A súmula 247 do Tribunal de Contas da União afasta a obrigatoriedade do parcelamento, prevista no art. 23 da Lei nº 8.666/93 – fator que se traduz na ampliação do número de competidores – em hipóteses que representem prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

A Lei Complementar 123/06 tem por incompatível com o interesse público, a exclusividade de participação de entidades de menor porte em licitação cujo valor estimado não supere R\$ 80.000,00, sempre que a administração verifique o risco de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Ressalvamos que, as pequenas e microempresas não contam, em equivalência, às empresas de médio e grande porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinadas demandas. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00, a administração necessita ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contiver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto do objeto.

Com base no exposto acima e no disposto no Artigo 10º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, optou-se pela não realização desta licitação como exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas em razão dos motivos técnicos que se seguem:

- 1) Caso se priorizasse apenas as ME, EPP e Cooperativas estaríamos deixando de fora do processo licitatório empresas nacionais que são consideradas referência no fornecimento dos produtos objeto da presente licitação;
- 2) O objeto da presente licitação é a aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares e outros de forma PARCELADA, com a finalidade de suprir as necessidades deste órgão gerenciador ;
- 3) Por tratar-se de produtos imprescindíveis a serem utilizados em âmbito hospitalar, da logística de entrega dos mesmos ou até mesmo da não realização do pregão, por força de Decisões Judiciais, não é possível trabalhar com possibilidade de risco de morte aos usuários;
- 4) A cadeia de abastecimento do objeto desta licitação envolve grandes fabricantes nacionais e internacionais capazes, inclusive, de praticar preços mais vantajosos do que as ME/EPP/Cooperativas, devido à produção e distribuição em larga escala, com possibilidade real de atender as Unidades da Federação englobadas no registro de preços;
- 5) A questão DA HABILITAÇÃO também merece consideração, visto que fornecedores mais estruturados e de maior porte conseguem mais facilmente manter suas comprovações vigentes, uma vez que as mesmas condições de habilitação deverão ser mantida por 12 meses, sem acarretar prejuízo nas aquisições, imprescindíveis, para as Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASG).

Contar com atrasos e, até mesmo, falta no fornecimento, compromete a segurança do processo assistencial e aumenta a probabilidade de erros na conduta clínica do paciente. Em geral, os custos com assistência à saúde são aumentados devido ao emprego de alternativas mais dispendiosas. Portanto, a garantia de um fornecimento eficaz e eficiente reduz o impacto assistencial e econômico e não sobrecarrega os serviços terapêuticos dos estabelecimentos de saúde.

Adotada a premissa de que o decreto não pode ir além da lei e que, portanto, cabe à Administração decidir, em cada caso, se a licitação será ou não exclusivamente reservada à participação daquelas empresas, segue-se a consequência de que tal opção há de ancorar-se em fundadas razões, devendo a Administração explicitar os respectivos motivos determinantes, caso entenda afastar a exclusividade, como de fato foi feito nesta justificativa.

10.6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A solução poderá ser parcelada, quando tecnicamente e economicamente viável, de forma a atender os interesses da Instituição.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. No tocante ao fornecimento de dietas enterais, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e /ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A contratação está alinhada com o Plano de Gestão do Hospital de Guarnição de Natal, de acordo com o Item 7 (Objetivo estratégico e organizacionais):

12.1.1 OEO 6 – Ampliar a capacidade de atendimento e resolubilidade da OMS – Garantir o atendimento de um maior número de pacientes, com uma terapêutica ampla, dentro do Hospital de Guarnição de Natal com a finalidade de suprir as mais diversas necessidades apresentadas.

12.1.2 OEO 8 – Otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros recebidos - A realização de pregão deverá otimizar os custos com as medicações solicitadas, evitando recorrer a adesões ou dispensas, e ainda gerando economia evitando encaminhamentos para as Organizações Cíveis de Saúde.

13. Resultados Pretendidos

13.1 A aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares e outros é essencial para o funcionamento básico de qualquer unidade de saúde, ampliando a oferta de medicamentos, para ofertar o melhor serviço possível aos beneficiários do Fundo de Saúde do Exército – FUSEx, Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Cíveis do Exército – PASS e do Sistema de Atendimento Médico aos militares do Exército e seus dependentes – SAMMED, Sistema de Atendimento aos militares Ex-combatentes (SAMEX-CMB) e, eventualmente, militares e dependentes das outras Forças Armadas e militares das Nações Amigas do Brasil, como também aos conscritos (soldados do Efetivo Variável), que incorporam anualmente nas diversas Organizações Militares da Guarnição.

13.2 Reduzir os encaminhamentos às OCS, gerando menor ônus pra União.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entregados bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, não ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 As características químicas das dietas enterais apresentam um risco potencial ao meio ambiente. Os resíduos de suas embalagens podem possuir alguns componentes resistentes, de difícil decomposição, que podem contaminar o solo e a água;

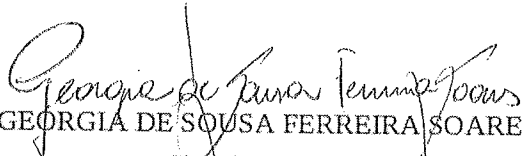
16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.A realização deste pregão atenderá com economicidade as necessidades do Hospital de Guarnição de Natal

17. Responsáveis


GEORGIA DE SOUSA FERREIRA SOARES
Nutricionista 2º Ten



ADRIANA LEÃO DE MIRANDA FERREIRA
Nutricionista- 2º Ten

Autorizo em ____/____/22

No Impl:

ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL - TEN CEL
Ordenadora de Despesas do HGUN

Aprovo:


LUIZ VIEIRA DA SILVA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas Substituto do HGuN